

## O USO DO ESPAÇO URBANO COMO MEIO PARA OBTENÇÃO DE TRABALHO E RENDA: O COMÉRCIO AMBULANTE NOS LOGRADOUROS E ESPAÇOS PÚBLICOS EM BETIM/MG

*THE USE OF URBAN SPACE AS A MEANS FOR OBTAINING WORK AND INCOME: THE TRADITIONAL TRADE IN THE PUBLIC SPACES AND SPACES IN BETIM / MG*

Christian L. M. Braga<sup>1</sup>; Jorge H. R. Vasconcellos<sup>1</sup>; Marcus V. de M. Silva<sup>1</sup>; Samuel J. de Moraes<sup>1</sup>; Rodrigo A. P. Ruggio<sup>2</sup>; Weverton D. Lage<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Graduando do 4º Período do Curso de Direito – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – 2018<sup>2</sup>;

<sup>2</sup>Orientador: Professor de Direito – Pontifícia Universidade Católica – 2018

**PALAVRA-CHAVE:** informalidade. cidade. venda. mercadoria. feiras.

**INTRODUÇÃO:** De acordo com Pamplona (2013), com o advento das relações de trabalho vulneráveis e a reemergência do autoemprego, procurada por pessoas com dificuldade de inserção no mercado de trabalho ou desejando melhorar sua renda, uma parcela considerável de indivíduos passou a recorrer ao comércio de produtos, diretamente ao consumidor, de forma fixa ou itinerante, em vias e logradouros públicos, com ou sem permissão oficial, para obterem a renda necessária para própria subsistência. Tal fenômeno ocorre em razão das características culturais, econômicas, políticas, demográficas e territoriais provocadas pelo processo de urbanização, conforme Acevedo (2015). Em Betim/MG, os referidos indivíduos são popularmente conhecidos como “comerciantes de rua” ou “ambulantes”, podendo serem classificados como regulares ou irregulares. Isso dependerá da concessão da licença necessária para o exercício de sua atividade econômica junto a SEADec (Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Econômico), visto que o comércio ambulante é condicionado à aprovação prévia da Prefeitura Municipal de Betim, de acordo com o Código de Posturas do Município. Caso não obtenha a licença, estará o comerciante na informalidade, ficando sujeito à apreensão da mercadoria encontrada em seu poder, além da aplicação de multa. A concessão das licenças também condiciona os comerciantes de rua a lugares pré-determinados pela prefeitura para o exercício de suas atividades. Isso ocorre, segundo o Poder Público Municipal, em virtude da desaprovação de parte da população (que entende contribuir o ambulante com o processo de desvalorização da cidade, além de não colaborar com o processo de higienização da mesma e dificultar a mobilidade urbana, na medida em que ocupam espaços públicos, limitando o direito de locomoção de terceiros) e dos lojistas (que entendem sofrer com a concorrência desleal, visto que aquele não possui gastos com tributos e aluguéis, *v.g.*, podendo vender suas mercadorias a um preço menor), além da necessidade do controle de qualidade dos produtos ofertados. Ademais, embora não integre o discurso oficial, a repressão se faz necessária visto que uma cidade com um número elevado de vendedores informais acaba por

demonstrar falhas na criação de empregos formais. Com isso, no início de 2017, a Prefeitura Municipal de Betim realizou um projeto de regulamentação e realocação, criando Feiras Livres em locais públicos especiais cedidos na região central da cidade. Assim, todos os ambulantes foram cadastrados junto a SEADec e realocados para os espaços públicos designados, cedidos especialmente para receber aqueles que ocupavam a parte urbana central da cidade betinense de forma informal. O intuito, além de atender as reclamações da população e lojistas, era concentrar os ambulantes do município e propiciar uma estrutura mínima para a venda de seus produtos. Entretanto, as ações do Poder Público não surtiram o efeito esperado, pois, em um curto espaço de tempo, parte considerável dos ambulantes abandonaram as Feiras Livres e voltaram para seus antigos postos. Tal resistência se fundou na considerável perda de potencial financeiro, em virtude da pouca saída de produtos nas feiras, que possuem um fluxo menor de pessoas. O entendimento daqueles é que a retirada dos ambulantes da rua e do fluxo de pessoas, não vem seguida de ações com a finalidade de levar o consumidor de rua para as feiras livres, reequilibrando tal cenário. Desse modo, muitos ambulantes, antes regularizados, acabam de volta as ruas, correndo os riscos inerentes da irregularidade, em virtude da extrema necessidade de renda. **MATERIAL E MÉTODOS:** A priori, fora feita uma revisão bibliográfica em obras e textos normativos que abordam o tema em questão. Concluída esta parte, o estudo tomara outra forma, mais prática, vivenciando o cotidiano dos ambulantes no espaço público, de modo a entender seu perfil e os motivos que os levaram a prática de tal atividade. Posteriormente, fora feito um balanço sobre o que fora coletado nas atividades de campo, e, por fim, uma análise de possíveis alternativas para o problema apresentado no início do trabalho. A parte prática teve como base o questionário aplicado aos comerciantes ambulantes na cidade de Betim, onde foram ouvidos 32 ambulantes espalhados pela região central, regulares ou não, vendendo seus produtos diretamente na rua ou nas feiras comerciais. Além disso, foram ouvidos representantes do Poder Público e de entidades representativas daqueles. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** De antemão, compete esclarecer que o vendedor ambulante pode ser encontrado em Betim em três situações distintas: a) vendendo seus produtos na rua, sem qualquer formalidade ou licença; b) vendendo seus produtos na rua, com licença; c) ou realocados em espaços públicos designados pelo Poder Público Municipal. Com a pesquisa, é possível constatar uma heterogeneidade no que diz respeito ao comerciante ambulante em Betim. Quanto ao gênero, 53,12% dos entrevistados são do sexo feminino, e 46,88% do sexo masculino, sendo que 62,5% do total possuem dependentes econômicos, o que demonstra a importância do comércio para o ambulante e seus dependentes, haja vista que é a venda dos produtos ao consumidor o garantidor de sua renda. Já quanto à idade, 40,6% dos mesmos possuem menos de 30 anos, 21,8% possuem de 31 a 40 anos, e 37,5% possuem mais de 40 anos. Desses, 12,5 % já cursaram o ensino

superior e 75% não completaram o ensino médio, com destaque para os 21,87% que sequer completaram o ensino fundamental, o que demonstra certa relação no quesito escolaridade para uma aceitação no mercado formal, levando a maioria dos não enquadrados ao já citado comércio. Em decorrência da ausência de emprego no mercado formal, fator que motivou 71,8% dos entrevistados a utilizarem o espaço urbano para obtenção de renda, o número de ambulantes obteve crescimento nos últimos anos, o que explica o fato de 50% dos mesmos darem início as suas atividades há menos de quatro anos, coincidindo com o período de recessão da economia nacional brasileira nos últimos anos em virtude da má administração econômica dos órgãos públicos chamados para tal função, o que provocou um aumento no trabalho informal, dado a onda de demissões a partir de 2015, conforme abordado por Welle (2017). Isso demonstra a influência da crise financeira no crescimento do comércio de rua em Betim, explicando a existência de 1600 vendedores cadastrados junto a SEADec, conforme informação dada por meio de seus representantes. O último percentual também é justificado pelas ações da Prefeitura Municipal, principalmente com a criação das feiras livres, que, mesmo com seu ônus, ainda incentiva a venda de produtos daqueles que assim desejam ou o fazem por não estarem inseridos no mercado de trabalho. Além da falta de inserção no mercado de trabalho, 15,6% dos ambulantes decidiram vender seus produtos por opção própria, seja para se desvincular de um grau hierárquico das relações de trabalho formais, seja por já possuir os produtos para venda ou por mera preferência pessoal. Quando questionados sobre a diferença de se vender os produtos de forma aleatória nas ruas em relação às vendas nas feiras comerciais, é pacífico o entendimento de que a venda nas ruas é mais lucrativa, dado o maior fluxo de pessoas. Também há o entendimento de que as feiras livres preveem esforços para a atração do consumidor, não tão numeroso quanto nas ruas, além do pagamento de aluguel das barracas utilizadas e da maior concorrência, visto que são vários os ambulantes vendendo os mesmos produtos em um mesmo espaço. Porém, ainda assim, 34,3% dos entrevistados ponderam ser melhor o comércio nas feiras, devido a maior organização, estrutura, segurança, comodidade e tranquilidade para o trabalho, sem os riscos de perda de mercadoria decorrentes da venda informal nos logradouros públicos; enquanto que 56,2%, dentre esses alguns feirantes, entendem ser melhor a venda feita diretamente nas ruas, ainda que com os riscos inerentes dessa atividade. **CONCLUSÕES:** Ante o que fora exposto, com a existência de um Poder Público resistindo quanto ao comércio feito diretamente nas ruas sem regularização e com a existência de ambulantes totalmente dependentes das rendas obtidas nas ruas, indiferentes quanto ao posicionamento do Poder Municipal e resistentes quanto às mudanças às Feiras Livres criadas como política pública para sanar o problema em tela, dado a ausência de esforços do Poder Público para a divulgação daquelas e do pouco suporte oferecido, faz-se necessário a formulação de possíveis

alternativas com vistas a solucionar o problema complexo do comércio vivenciado pela cidade de Betim, com base na fundamentação teórica, na vivência prática e analisados os dados obtidos. A venda nas ruas, de forma irregular, não se mostra atrativa, senão pela questão financeira e pela incerteza de lucro nos locais designados pelo Poder Público, dado todas as dificuldades e prejuízos com a possível perda de mercadorias decorrentes da fiscalização. Quando perguntados sobre possíveis sugestões para a resolução do problema, aquelas, em sua maioria, perpassam por uma maior divulgação e fomentação do consumo nas feiras, o demonstra ser necessárias ações da Prefeitura, no sentido de divulgação e fomentação de consumo naquelas, atraindo e habituando o futuro consumidor com o local. Tais ações, cumuladas com uma melhora na estrutura das mesmas, poderiam gerar uma mudança de percepção dos informais sobre a regularização e o comércio nas feiras, o que diminuiria o número daqueles e aumentaria a potencialidade para gerar lucro daquelas. O efeito seria exponencial: o aumento no número de consumidores levaria em um aumento no número de ambulantes nas feiras, que diminuiria o número de ambulantes na informalidade. Ademais, se fora a ausência de espaço no mercado de trabalho formal que levara 71,80% dos entrevistados a comercializarem suas mercadorias nas ruas, a própria geração de empregos formais e a capacitação profissional dos indivíduos diminuiria o cenário abordado. Certo é que o problema em questão carrega uma complexidade que o faz perdurar no tempo, resistindo há séculos de mudanças econômicas e urbanas, sendo alimentado pelas iniquidades da modernidade capitalista. A solução não se encontra pronta e nem é uma fórmula com aplicação exata, muito pelo contrário, prescinde de tentativas e ações até que seja encontrado um meio termo que atenda população, Poder Público e ambulante, grandes envolvidos no conflito.

## REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Héctor Luna. Trayectorias sociales de jóvenes comerciantes ambulantes en la ciudad de El Alto. **Bulletin de l'Institut français d'études andines**, 44 (3), p. 447-462, 2015. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/bifea/7700>> Acesso em: 13 de abril de 2018.

BETIM. Decreto nº 13.517 de 24/02/1997. **Dispõe sobre o Comércio Ambulante em Betim**. Disponível em: <[http://www.dpurb.betim.mg.gov.br/site/wp-content/uploads/downloads/2011/08/CODIGO\\_POSTURA.pdf](http://www.dpurb.betim.mg.gov.br/site/wp-content/uploads/downloads/2011/08/CODIGO_POSTURA.pdf)> Acesso em: 14 de jan. de 2018.

BETIM. Órgão Oficial. **Prefeitura inicia trabalho de regularização do comércio informal**. Disponível em: <[http://www.betim.mg.gov.br/arquivosorgao/orgaooficial\\_10\\_1390\\_1\\_14032017.pdf](http://www.betim.mg.gov.br/arquivosorgao/orgaooficial_10_1390_1_14032017.pdf)> Acesso em: 10 de jan. de 2018.

PAMPLONA, João Batista. Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 225-249, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v30n1/v30n1a11.pdf>> Acesso em: 20 de dezembro de 2017.

WELLE, Deutsche. **Informalidade, a cara do Brasil**. 2017. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/informalidade-a-cara-da-crise-no-brasil>> Acesso em: 17 de jan. de 2018.